

Para Galvêas, ano não foi ruim e economia funcionou sem traumas

28 DEZ 1982

Brasil

Da sucursal de BRASÍLIA

"Foi um ano bastante castigado, mas não foi um ano ruim", afirmou ontem o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao pintar um quadro extremamente positivo do ano de 1982 e prever que 1983 será melhor, pois, em sua opinião, todos os fatores, especialmente aqueles ligados à produção, indicam que haverá crescimento econômico e aumento na oferta de emprego. Ele pediu, contudo, que empresários e agricultores continuem acreditando nas possibilidades do País e fez um apelo aos trabalhadores para que se juntem ao esforço nacional e não façam reivindicações absurdas, já que os problemas e as dificuldades enfrentadas no momento pelo Brasil foram criadas lá fora e não são fruto de causas internas.

O ministro, que ontem reuniu a imprensa num almoço de confraternização, confirmou que o governo está estudando mudanças na política salarial vigente, visando não só neutralizar o impacto dos salários na inflação e nos preços, mas principalmente com o objetivo de elevar o número de empregos. Galvêas, que tem sido o foco principal dos boatos sobre reforma ministerial, também desmentiu que tenha a intenção de deixar o governo, argumentando que tem um trabalho para fazer e acha que seria uma "covardia" abandonar tudo no meio do caminho. Negou, ainda, e de modo taxativo, que venham a ser adotadas novas medidas para coibir as viagens de brasileiros ao Exterior. "Seria uma surpresa. Do meu conhecimento, não há nada sendo estudado", disse.

Para o ministro da Fazenda, a economia nacional, este ano, funcionou sem maiores traumas. "Admite-se até que tenha um crescimento positivo entre 1,5 e 2%, mas, mesmo que tivéssemos um crescimento zero, já seria um grande resultado", afirmou, observando: "O país resistiu bem à crise e, mesmo com todos os cavaleiros do apocalipse soltos na atmosfera, nos saímos bastante bem em 1982".

O recurso aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), a proposta para refinanciamento de parte da dívida externa, o pedido de ajuda ao Banco de Pagamentos Internacionais (BIS) e o apelo ao governo norte-americano para atravessar a fase crítica de pagamento dos compromissos externos, na opinião de Galvêas, são respostas que o Brasil deu aos desafios resultantes da conjuntura de recessão mundial.

Em seu anteder, exportar mais de US\$ 20 bilhões e conseguir um superávit de US\$ 800 milhões na balança comercial, enfrentando as adversidades provocadas por altas taxas de juros externas, queda nos preços dos principais produtos primários (commodities), retração dos países importadores, é um bom resultado". O resto, como vender reservas cambiais — as quais

caíram de US\$ 6,9 bilhões em agosto para US\$ 3,2 bilhões em novembro — compor um programa financeiro apresentado para enfrentar as dificuldades de pagamentos da dívida e levantar recursos externos utilizando o sistema de bridge loans (empréstimos-ponte de curto prazo), "são consequências", acrescentou. Galvêas revelou, inclusive, que as operações de empréstimos-ponte — contratadas junto a bancos privados internacionais para fechar o balanço de pagamentos deste ano — chegarão a um total de US\$ 2,4 bilhões, conforme fora previsto inicialmente.

SETEMBRO NEGRO

Dos três fatores que mais castigaram o Brasil durante 1982, a crise do mercado financeiro internacional foi a que maior impacto causou na economia mundial, apontou Galvêas. "Ela teve uma evolução crescente: começou com os problemas no Oriente Médio (conflitos e guerras entre alguns países da região); avançou com o pedido de concordata da Polônia; teve prosseguimento com a suspensão dos pagamentos pela Argentina, na guerra pela posse das ilhas Malvinas; veio o pedido de moratória do México, e chegamos ao black september (setembro negro) após a realização da reunião anual do FMI, em Toronto, no Canadá, no início daquele mês, quando os banqueiros paralisaram os empréstimos", lembrou o ministro. "Acho que o Brasil resistiu bem a essa crise e nos saímos bastante bem em 82", concluiu.

O apoio à agricultura, o incentivo às exportações e o desenvolvimento das atividades minerais, segundo o ministro da Fazenda, farão o País organizar sua produção e aumentarão a oferta de emprego. Por isso, ele acha que "todos os indicadores apontam no sentido de que 1983 será um ano melhor que 1982".

Quanto à preocupação do empresário com a perspectiva de uma recessão mais violenta que a de 1981, o ministro deu um recado: "A saída é exportar". Ao responder ao empresário Cláudio Bardella, segundo o qual o setor de bens de capital atravessará o período mais negro de sua história, Galvêas reconheceu que esse segmento industrial está sofrendo mais que outros, na área das encomendas, mas acredita que isto é resultado do seu superdimensionamento. Considerou, entretanto, que o problema não tende a se agravar, porque as indústrias têm acumulado experiência na busca de outros caminhos, especialmente em direção ao mercado externo.

Galvêas lembrou, também, que todas as empresas que exportarem têm assegurada uma política bastante estimulante: manutenção do crédito-prêmio de 11% do IPI; taxas de juros favorecidas e uma desvalorização cambial definida. Além disso, citou a desvalorização de 10% do dólar norte-americano em relação às moedas européias e

ao iene japonês, nos últimos 30 dias. "Isso significa que entramos em 83 com perspectivas de exportação muito favoráveis. As exportações podem retornar aos níveis de 81, ou seja, US\$ 23 bilhões", previu.

Galvêas também qualificou como "mentiras, boatos e rumores" as informações divulgadas a respeito do seu pedido de demissão e de uma possível reforma ministerial em março (conforme anunciou o ministro das Minas e Energia, César Cals), visando a aproveitar alguns nomes importantes do PDS que saíram derrotados das eleições. "São apenas rumores. Estou muito satisfeito. Tenho um trabalho para fazer. Reforma ministerial interessa ao presidente Figueiredo, não a mim. Seria uma covardia pretender largar as coisas no meio do caminho. Não é do meu feitio. São fantasias", respondeu.

SALÁRIOS

Em relação às eventuais modificações na lei salarial em vigor, o ministro disse que, embora o documento do orçamento monetário mencione alterações, elas não precisam necessariamente ocorrer. Contudo, ele acredita que, se for mantido tudo como está, a inflação se perpetuará no atual patamar.

De acordo com o ministro da Fazenda, o que o governo está procurando é melhorar as condições de oferta de emprego. "Se nada for feito, o mercado toma uma solução pelas suas próprias mãos e acaba desempregando gente, reduzindo o salário pela rotatividade — saída dos níveis altos e ingresso dos níveis salariais mais baixos. O mercado, às vezes, se acomoda à realidade à sua maneira, mas isso é penoso em relação à manutenção dos níveis de emprego", afirmou, destacando que "ninguém está pensando em fazer mudanças radicais na área salarial".

Por sua vez, o assessor econômico do Ministério do Trabalho, Francisco Pombo Vera, desmentiu ontem que o governo estaria com um projeto alterando a política salarial, pelo qual os percentuais de reajustes com base no INPC seriam reduzidos em 10 pontos percentuais para cada faixa salarial: "Nunca vimos isso por aqui e não existe nada nesse sentido em estudo no ministério", disse.

O projeto, que teria sido elaborado pela Seplan, estabelece que quem ganha até três salários mínimos passe a receber 100% do INPC, no lugar dos atuais 110%; de três a dez salários, 90% em vez dos 100% do INPC. Para a faixa de 10 a 15 salários, a redução seria de 80 para 60% e, entre 15 e 20 salários, 40% e não mais os 50%.

O assessor de Murillo Macedo considerou "estranha" a informação de que o governo enviaria o projeto ao Congresso em março, enfatizando que o Ministério do Trabalho sequer foi ouvido a respeito. Finalmente, revelou que uma eventual mudança na política salarial deverá restringir-se aos índices de produtividade.